

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 535.355 - RS (2019/0286423-3)

RELATOR : **MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
ROBERTA DE LIMA PRETTO
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PACIENTE : DOUGLAS RAUPP FLORES (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

EMENTA

PENAL E PROCESSUAL PENAL. TRÁFICO DE DROGAS. 14 BUCHAS DE COCAÍNA. DOSIMETRIA. PEDIDO DE APLICAÇÃO DA CAUSA DE DIMINUIÇÃO DA PENA. IMPOSSIBILIDADE. DEDICAÇÃO A ATIVIDADES CRIMINOSAS. Ordem denegada.

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* impetrado em benefício de **Douglas Raupp Flores**, em que se aponta como autoridade coatora a Primeira Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul.

Narram os autos que o paciente foi condenado, como incurso no art. 33 da Lei n. 11.343/2006, à pena de 5 anos de reclusão, em regime semiaberto, e 520 dias-multa, em razão da apreensão de 14 buchas de cocaína.

Em sede de apelação (Apelação Criminal n. 70074567181/RS), a defesa alegou ser devida a absolvição do paciente ou a desclassificação do delito. A Primeira Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul negou provimento ao recurso (fls. 38/45).

No presente *writ*, a defesa aponta ilegalidade em relação à constatação feita de dedicação a atividades criminosas. Aduz que o fato de o paciente responder a outro processo por tráfico de drogas, à época da sentença e do acórdão, não comprova que ele se dedique a atividades delituosas ou integre organização criminosa. Afirma, ainda, que processos em curso não são caracterizados como antecedentes. Diante disso, requer seja reconhecida a causa de diminuição da pena, prevista no art. 33, § 4º, da Lei n.

Superior Tribunal de Justiça

11.343/2006, por ser o paciente primário e sem antecedentes.

Decisão deste Relator indeferindo a liminar (fls. 59/62).

Parecer ministerial opinando pela denegação da ordem (fls. 100/106).

É o relatório.

Em sede de apelação, o pedido da defesa foi relativo à absolvição do paciente e à desclassificação do delito. A Corte local não se manifestou assim sobre a questão atinente à dosimetria da pena. Confira-se o acórdão hostilizado (fl. 42):

[...] Também mantenho a punição fixada na sentença, aliás, aplicada em seus mínimos legais. A Defesa técnica, como se vê de suas razões recursais, aceitou-a, pois não manifestou nenhuma irresignação a respeito.

[...]

Então, de ofício, passo à análise da dosimetria para verificação se há ou não ilegalidade em relação ao paciente. Verifica-se que a pena-base foi fixada em 5 anos e 2 meses de reclusão por ter o Magistrado considerado como negativa a vetorial da culpabilidade, nos seguintes termos (fl. 26):

[...]

Atendendo o comando do art. 68, bem como os vetores do art. 59, ambos do CP, verifico que o réu não registra antecedentes (fl. 20). Não há elementos para diagnosticar sua vida social. Quanto à sua personalidade, não há dados para aferição de transtornos sociopsicológicos. Os motivos limitam-se a ganhar dinheiro à custa de sofrimento alheio. No que tange às circunstâncias do crime, não merecem relevo, pois se encontrava comercializado entorpecentes em local conhecido pelo comércio de entorpecentes. As consequências do crime são muito graves, uma vez que o comércio de drogas aniquila famílias e dá sustentáculo do crime organizado. Por fim, a vítima é o Estado que em nada colaborou.

Dessa forma, conforme seja necessário e suficiente para a prevenção e reprovação do crime, a culpabilidade deve ser mensurada um pouco além do mínimo legal.

Assim, fixo a pena-base em 5 anos e 2 meses de reclusão.

[...]

Verifico que não houve fundamentação concreta para elevação da pena, em razão da culpabilidade, trazendo o Magistrado apenas a justificativa de prevenção e reprovação do crime, o que não pode ser aceitável para tal majoração. No entanto, a fixação da pena-base, agora em 5 anos de reclusão, não trará efeito prático ao paciente, uma vez que a reprimenda já foi reduzida a esse mesmo patamar na segunda fase, quando

Superior Tribunal de Justiça

ponderada a atenuante de menoridade, que reduziu a pena em 2 meses. Nessa etapa, não há como ser reduzida a pena aquém do piso mínimo, em razão da Súmula 243/STJ.

Não há ilegalidade pela não incidência da minorante, pois o Magistrado deixou expresso que consta da certidão de antecedentes que o paciente responde a processo pelo crime de tráfico de drogas. Ainda que não seja possível se utilizar dessa fundamentação para os antecedentes e para a reincidência, pode-se afastar o privilégio por ter o Magistrado entendido que o paciente se dedica a atividades criminosas.

Sobre o tema, este Superior Tribunal entende que a existência de *outros processos criminais, pendentes de definitividade, embora não sirvam para a negativa valoração da reincidência e dos antecedentes (Súmula 444 do STJ), podem afastar a incidência da minorante do art. 33, § 4º, da Lei n. 11.343/2006, quando permitem concluir que o agente é habitual na prática delitiva* (HC n. 493.067/SP, Ministro Ribeiro Dantas, Quinta Turma, DJe 30/4/2019 – grifo nosso).

Ante o exposto, **denego** a ordem.

Publique-se.

Brasília, 02 de outubro de 2019.

Ministro Sebastião Reis Júnior
Relator